

O AMBIENTE ECOLINGÜÍSTICO NA FRONTEIRA BRASIL/VENEZUELA

Maria Ivone Alves da Silva (UFRR)
profivonesilva@gmail.com

RESUMO

A configuração das regiões fronteiriças no Continente Americano surge a partir das necessidades europeias por novos produtos e matérias primas. Remontando ao passado histórico, verifica-se existir uma demanda real pela realização de estudos e pesquisas voltadas para a compreensão do ambiente linguístico caracterizando os contatos de povos nos aspectos que envolvem a língua em relação ao ambiente natural e sócio-histórico, como no caso da fronteira Brasil/Venezuela. Uma das preocupações pertinentes que se impõe à reflexão neste trabalho é se a situação de contato linguístico influi na conformação do ambiente de fronteira Brasil/Venezuela, determinando uma relação de proximidade, cuja intensidade é condicionada pelos vínculos relacionais que se estabelecem entre os povos. A par disto, esta pesquisa tem como objetivo caracterizar a situação de contato de povos no ecossistema linguístico Brasil/Venezuela, por meio do reconhecimento da natureza dos fatores que influenciam nos resultados das situações de contato, fundamentando-se nos elementos da ecolinguística, em conformidade com Hildo Honório do Couto (2007 e 2009). Os sujeitos são quatro “moradores da fronteira” Pacaraima (Brasil) / Santa Elena de Uairén (Venezuela). Considerando-se que as representações discursivas estão repletas de enunciados que podem expressar os mais variados tipos de sentimentos, e partindo-se do princípio de que o discurso do sujeito traz consigo fragmentos dessa realidade, é possível a visualização dos diversos níveis de interação que ocorrem entre os sujeitos constituídos nessa fronteira. É possível afirmar também que se constitui aí um único ecossistema que se influencia mutuamente cujos povos se atendem de forma recíproca, se comunicando através das línguas características do lugar e que, por princípio, poderia ser denominado de ecossistema linguístico “provisional”.

Palavras-chave: Fronteira Brasil/Venezuela. Ecolinguística. Discurso.

1. Introdução

A configuração das regiões fronteiriças no Continente Americano surge a partir das necessidades europeias por novos produtos e matérias primas para o abastecimento do mercado europeu no século XV. As expedições marítimas dos portugueses e espanhóis, principalmente, resultaram na conquista das terras situadas ao sul do continente americano. O resultado dessas expedições e o esforço pela resolução de conflitos de demarcação territorial é a assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494.

As fronteiras interpaíses são consideradas áreas estratégicas pelos estados nacionais. No caso do Brasil, essa faixa é disciplinada pela cons-

tuição brasileira, por meio da Lei 6.634, de 1979, como área indispensável à segurança nacional, medindo 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional. A faixa que separa o país, de norte a sul, ocupa 27% do território nacional, significando 23.086 km de fronteiras, sendo que destas 15.719 km são terrestres compondo o seguinte quadro: a noroeste, a Colômbia (1.644 km); a oeste, o Peru (2.995 km) e a Bolívia (3.423 km); a sudoeste, o Paraguai (1.365 km) e a Argentina (1.261 km); ao sul, o Uruguai (1.068); e, ao norte, situam-se as fronteiras com a Guiana Francesa (730 km), o Suriname (593 km), a República Cooperativa da Guiana (1.606 km) e a Venezuela (2.199 km) (ALVES, 1998, p. 11-13). Estas fronteiras envolvem onze estados brasileiros, dos quais Roraima é um deles, caracterizado por situações de contato das línguas europeias de colonização entre as línguas portuguesa, a língua inglesa e língua espanhola.

Remontando ao passado histórico, desde o período colonial até a contemporaneidade, verifica-se que as diretrizes políticas dos Estados Nacionais para as regiões fronteiriças ainda se restringem, em grande parte, aos interesses de ocupação e defesa estratégica das fronteiras. Contudo, a estratégia na direção da integração interpaíses com a organização em blocos econômicos e políticos, faz surgir o interesse pelas culturas regionais e pelas culturas dos povos fronteiriços. Uma iniciativa de integração dessa natureza está na política brasileira das diretrizes educacionais, e um dos resultados é a oferta do curso de língua portuguesa como língua estrangeira – PLE, pela Universidade Estadual de Roraima, onde foi realizada esta pesquisa. O curso de PLE é oferecido no *campus* de Pacaraima, fronteira com o Município de Santa Elena de Uairén, na Venezuela e foi onde localizamos os sujeitos que são objetos deste trabalho.

Outra demanda crescente nessa direção de integração está na realização de pesquisas direcionadas à compreensão do ambiente linguístico em suas diversas manifestações, a fim de caracterizar os contatos dos povos nos aspectos que envolvem a língua em relação ao ambiente natural e sócio-histórico.

O reconhecimento da natureza dos fatores que influenciam no resultado das situações de contato estabelecidas nestes ecossistemas linguísticos é importante e pode auxiliar a compreender as interações que caracterizam esta situação específica de contato. Pressupõe-se assim, que a situação de contato exerce influência recíproca nas relações mantidas e, portanto, pode interferir no posicionamento discursivo da população das regiões fronteiriças. Nestas circunstâncias, é possível supor que possa

haver uma tendência ao surgimento de uma única comunidade de fala, emergida gradualmente ao longo do processo histórico da evolução dessa fronteira (COUTO, 2007, p. 17).

2. Processo de formação da fronteira Brasil/Venezuela

A evolução do conhecimento técnico–científico experimentado pelos estados nacionais facilitou o dinamismo das tecnologias e equipamentos de transportes e comunicações e aumentou consideravelmente o volume e os movimentos dos deslocamentos interfronteiriços. Esse processo trouxe à tona a porosidade das fronteiras nacionais, étnico-culturais e identitárias, permitindo as trocas materiais e simbólicas, onde se confrontam indivíduos e culturas muito diferentes. Dão-se aí, relações marcadas por práticas de deslocamento que devem ser percebidas como constitutivas de significados culturais ao invés de serem apenas uma extensão ou transferência desses significados.

O espaço fronteiriço entre o Brasil e a Venezuela também vem sendo profundamente impactado em virtude das novas tecnologias de transporte e comunicação intensificando os fluxos transfronteiriços de mercadorias (legais e ilegais), de pessoas (turistas, moradores de fronteiras, imigrantes, trabalhadores migrantes), bem como fluxos imateriais e simbólicos (bilinguismo, portunhol) em que as culturas e as identidades transcendem seu lugar de origem e se hibridizam a ponto de ser cada vez mais difícil identificar suas origens (RODRIGUES, 2006, p. 197).

A compreensão da origem desse fluxo de relações que hoje se processa no âmbito fronteiriço Brasil/Venezuela perpassa pelo entendimento da formação das fronteiras interpaíses na América do Sul, surgidas como resultado do processo colonizador europeu, no século XVI. Duas nações, principalmente, Espanha e Portugal são as protagonistas desse processo que resultou na demarcação da primeira fronteira no continente americano do sul, representada pelo Tratado de Tordesilhas.

De fato, em 1494, Portugal e Espanha resolvem dividir as terras que apareciam a cada nova viagem por um meridiano situado a 370 léguas das ilhas do Cabo Verde. O papa da época, Alexandre VI, já as havia dividido por uma linha situada a 100 léguas, não aceita por Portugal. E, assim, antes mesmo de existir o Brasil já possuía uma fronteira, em que pese, ninguém saber com exatidão seus limites, pois o tratado não especificava sua origem, mas vários autores imaginaram que seria uma linha geodésica situada entre Belém (PA) e São Luís (MA), no Norte, e entre Laguna (SC) e a ilha de São Vicente (SP), no Sul. Cerca de dois

terços do atual território do Brasil estava, portanto, fora da parte portuguesa da linha de Tordesilhas (JERÔNIMO FILHO, 2008, p. 19).

Neste contexto do passado colonial na América do Sul, tem-se o fundamento para que os países se emancipassem, apesar das dificuldades surgidas na interpretação e de demarcação em zonas pouco povoadas e de acesso difícil como as florestas da Amazônia e os picos da Cordilheira Andina. Um movimento que se destaca e marca a definição da formação das fronteiras, foram as monções, irradiadas a partir de São Paulo no Sul e no Norte por Belém, onde as penetrações e caminhos se faziam não a pé, mas em canoas, sendo as responsáveis primeiras pela ocupação da Amazônia (MARTIN, 1992, p. 82; JERÔNIMO FILHO, 2008, p. 19-20).

No período de vigência do Tratado de Tordesilhas, que somam 256 anos até o surgimento do Tratado de Madri, em 1750, no Brasil colonial todo um conjunto de atividades e relações socioeconômicas vão se destacar desde a produção de cana-de-açúcar e mineração, passando por eventos como a escravidão, missões, cidades costeiras, miscigenação, tudo isso corroborando para várias situações de contato linguístico entre os lusos brasileiros.

A formação do espaço sócio-histórico da fronteira Brasil/Venezuela foi se fazendo ao longo do processo de colonização europeia na América do Sul. Ele sedimenta um conjunto de traços e características geopolíticas e culturais porque são refletidas na língua, por exemplo, nos nomes dos rios, de lugares, plantas, árvores, resultando num ambiente físico que proporciona um espaço de enunciação rico em representações discursivas e com características peculiares. Existe neste ambiente como que, de acordo com Manuel Diegues Júnior (2001), um tipo de organização social cujos relacionamentos com o espaço geográfico – a terra, a fauna, a flora – que é recriado no cotidiano das populações tradicionais, ou não, e que dão significado a tudo o que acontece entre a esfera humana e a natural. Baseado em Francilene Rodrigues (2006), o estudo dessa região fronteiriça Brasil/Venezuela se dá não somente em virtude de ser a fronteira um lugar singular de trânsito, mas também de encontros culturais e de jogos de identidades. Essa percepção da fronteira como lugar de contato remete à ideia de movimento e de trocas, de relações culturais e linguísticas, o que permite uma compreensão das dinâmicas das migrações sul-americanas e do processo de integração entre essas duas nações.

O processo de formação da fronteira Brasil/Venezuela é dinamizado principalmente em face da fusão das coroas portuguesa e espanhola no período de 1580 e 1640. Neste período, os portugueses direcionaram sua penetração para o interior do continente americano, descobrindo o ouro de Minas Gerais, introduzindo o boi e a implantação de currais e as monções descendo os rios Tietê, Paraná, Paraguai e Prata, subindo o rio Amazonas e seus tributários. Na ocupação do interior do país houve o encontro com outras nacionalidades, especialmente na Amazônia, o que levou a determinação de se fundarem fortificações e guarnições militares em todo o norte e oeste do país (FREITAS, 1991, p. 12).

Na Amazônia brasileira, a colonização portuguesa rumo ao embrião formador da atual fronteira com a Venezuela surge a partir do rio Negro e do rio Branco no século XVII. Embora outras tentativas de ocupação tivessem ocorrido através dos holandeses, ingleses e espanhóis, neste período, coube efetivamente aos portugueses a fixação e posse a partir de 1639. O interesse era eminentemente econômico e centrava-se na pesquisa e extração de uma variedade de matérias primas como óleos vegetais e animais, couros, especiarias, cravo, canela, cascas preciosas, destinados ao abastecimento do mercado europeu. Objetivavam também essas expedições, o aprisionamento de índios para o trabalho escravo nas fazendas do Pará e Maranhão.

Em se tratando da questão política da fronteira da Venezuela, ela inicialmente fazia parte da Grã-Colômbia, juntamente com Equador e Panamá, iniciando seu movimento emancipacionista do Reino da Espanha em 1821. Por ocasião da assinatura do Tratado de Limites e Navegação de 1859 com o Brasil, havia ainda pendência entre Venezuela e Colômbia sobre as terras a oeste do rio Negro, resolvida somente em 1891.

Em 1880 as Comissões Mistas iniciaram a demarcação das fronteiras, desde a nascente do Mimassee até Cerro Cupi, terminando os trabalhos em 1882. Deste ano até 1884 a Comissão Brasileira prosseguiu nos trabalhos de demarcação até ao monte Roraima. Mas a Fronteira Brasil-Venezuela foi definida com o Tratado de Caracas, de 1859, e com o Tratado do Rio de Janeiro, de 1928.

A linha divisória entre o Brasil e a Venezuela começa no ponto de trijunção das fronteiras Brasil-Colômbia-Venezuela, no talvegue do rio Negro, e segue por uma reta de aproximadamente 80 km, no sentido sudeste, até o Salto Huá no canal de Maturacá, caracterizando a linha geodésica denominada Cucuí-Huá. Do Salto Huá, segue por uma reta de

aproximadamente 12 km, no sentido nordeste, até o Cerro Cupi, sendo esta linha geodésica chamada de Huá-Cupi. Do Cerro Cupi, segue pelo *divortium aquarum* entre a bacia do Amazonas e do Orinoco, passando pelo norte do pico da Neblina, ponto mais elevado do Brasil e pelas serras Imeri, Tapirapecó, Curupira, Urucuzeiro, Parima, Auari, Urutanin e Pacaraima, até o marco de trijunção das fronteiras Brasil – Venezuela – Guiana, no monte Roraima, percorrendo neste trecho mais de 2000 km.

2.1. Formações do espaço sócio-histórico na fronteira Brasil/Venezuela: Roraima

O espaço sócio-histórico de Roraima, na fronteira Brasil/Venezuela, situa-se no extremo norte do país, reentrando-se parcialmente entre a Venezuela e a República Cooperativista da Guiana. Roraima tem 1.922 km de divisas internacionais, sendo 964 km com a Guiana, a Leste e a Norte; e a Oeste 958 km com a República Bolivariana da Venezuela.

Roraima possui uma área territorial de 225.116 km², limitando-se ao norte com a Venezuela e a oeste com o Amazonas e a Venezuela. Em Roraima encontra-se o ponto mais extremo do Brasil, a nascente do rio Uailã junto ao monte Caburaí com 1.456 metros de altitude e nas proximidades do monte Roraima com 2.875 metros. Apresenta riquezas em recursos naturais, histórico-culturais e linguísticas, potencialmente aptos para o desenvolvimento de situações de contato de povos das populações que ali vivem, quais sejam brasileiros, venezuelanos e os indígenas de ambos os lados da fronteira.

O processo de ocupação e formação do espaço territorial de Roraima nasce com as expedições europeias à região do rio Branco, iniciadas na virada dos séculos XVII e XVIII, representadas por holandeses, espanhóis e portugueses com a presença de forças militares e religiosas. Coube, porém, aos portugueses a ocupação efetiva deste espaço amazônico. A determinação para a construção de uma fortificação nas confluências dos rios Tacutu e Uiraricoera, formadores do rio Branco, em 1752 e sua construção efetiva entre 1775 e 1776, com a colonização e o processo de aldeamentos indígenas concretizam a fixação portuguesa na Região.

A construção da fronteira do futuro estado de Roraima com a Venezuela é incrementada ainda nesse período com as injunções do coronel

Lobo D'Almada, então governador da província de São José do Rio Negro que, entre 1787 e 1789, defendendo a coroa portuguesa orienta para a vinda de colonos europeus e a introdução da pecuária bovina nos extensos campos naturais da região, considerando ele que “uma das maiores vantagens que se pode tirar do rio Branco é povoá-lo e colonizar toda esta fronteira com a imensa gente que habita as montanhas do país” (FREITAS, 1991, p. 95).

Nessa fase ainda, o fluxo migratório nordestino para a região do rio Branco, a partir de 1877, em face da seca naquela região dinamizando a utilização da mão de obra indígena, tanto no trato dos animais nas fazendas e no seu transporte para Manaus, são responsáveis por animosidades frequentes entre uns e outros originando o início dos conflitos entre índios e fazendeiros na região. Os índios da etnia macuxi, eram considerados “insolentes e insubordinados, rebeldes à disciplina da civilização por se recusarem a ensinar a sua língua aos brancos” (FREITAS, 1991, p. 105).

No final do século, em 1890, é criado o município de Boa Vista, contando o primeiro município do futuro estado de Roraima com cerca de 1000 habitantes entre brancos e mamelucos e uma população indígena da tribo macuxi com cerca de 4000 indivíduos, sendo a comunidade indígena mais numerosa da região. A migração se acentua para Roraima a partir de então, com a vinda, principalmente, de nordestinos e nortistas, fato este motivado também, além das secas constantes do nordeste, pela emergência da exploração da borracha. A população do rio Branco que era praticamente insignificante no final do século XIX, passa para 10.500 habitantes em 1940.

Somente em 1995 é criado o município de Pacaraima, localizado ao norte do estado de Roraima, na fronteira com a Venezuela. A história deste município está ligada à demarcação da fronteira com a Venezuela pelo exército, se originando em torno do marco conhecido como BV-8, mas também pelo contato com o povo venezuelano que se estabeleceu durante o processo de formação da fronteira.

A infraestrutura de acesso à cidade de Pacaraima se dá pela rodovia federal BR-174, pavimentada e em bom estado de conservação. Há serviço regular de linha de ônibus para o município a partir de Boa Vista, tanto até Pacaraima quanto Santa Elena de Uairén e demais cidades da Venezuela, além de serviços de transportadores autônomos que perfazem o percurso diariamente, caracterizando assim uma situação de contato

permanente entre os povos que ali vivem.

2.2. Formações do espaço sócio-histórico na fronteira Venezuela/Brasil: Bolívar

O embrião do processo de ocupação e formação do espaço amazônico da Venezuela e conseqüentemente do estado de Bolívar nasce com a ocupação hispânica na Amazônia venezuelana principalmente a partir do século XVIII, as expedições de José Solano com o propósito de estabelecer a demarcação dos territórios que estavam sob a jurisdição das coroas portuguesas e espanholas. A estratégia de José Solano era fazer cumprir o que havia sido estabelecido pelos tratado, construindo fortificações com o propósito de exercer o controle sobre as embarcações e expedições que chegassem à região, especialmente as que proviessem das colônias portuguesas ao sul do Brasil, sendo ele considerado precursor e responsável pelo início da ocupação hispânica na Amazônia venezuelana (BOADAS, 1983, p. 86-88).

O espaço sócio-histórico na fronteira Venezuela/Brasil, o estado de Bolívar, inicialmente era parte da província de New Andalucia, até 1762, quando foi criada a província de Guaiana. Em 1777 foi criada a capitania geral da Venezuela da qual era parte a Amazônia venezuelana, ocupada por José Solano em favor da coroa espanhola por meio do governo da província da Guaiana. Isto significou uma tentativa de dinamização econômica da região com a chegada de colonizadores espanhóis, funcionários administrativos e missões religiosas, embora sem muito sucesso, haja vista a incompatibilidade da mão de obra indígena no auxílio às atividades produtivas dos espanhóis.

“Há de se manter a ideia de que com a penetração hispânica se iniciou a estruturação do espaço regional, já que a criação de povoados serviu para organizar as comunicações e troca de mercadorias na região”. (BOADAS, 1983, p. 88).

O Amazônia Venezuelana permaneceu praticamente indiferente às transformações vivenciadas no restante do país durante a conformação da república. Sua escassa população não indígena, as dificuldades de acesso e sua pouca participação na vida econômica do país são algumas das causas pelas quais esta parte do território nacional venezuelano se mantivesse sempre à margem dos acontecimentos políticos vividos durante o século XIX (BOADAS 1983, p. 91).

Entre 1762 e 1856 a Amazônia Venezuelana esteve integrada como um canto da província da Guayana, o Canto Rio Negro, mas foi em 1856 que se criou a província do Amazonas. No ano de 1861 o governo do general Páez anexou a província do Amazonas à província da Guayana e no ano de 1862 criou-se durante a Revolução Federal Amazonas. Em governos posteriores de Guzmón Blanco e Joaquín Crespo, trocou-se o nome do território por Alto Orinoco e em seguida por Amazonas. (BOADAS, 1983, p. 91, tradução nossa)

O dinamismo da atividade comercial experimentado durante o século XIX, especialmente nas suas últimas décadas, resultado da atividade mineradora de caucho, culminou com o fortalecimento e organização da ocupação do território. Assim, o rio São Fernando de Atabapo, situado no interflúvio Orinoco-Atabapo juntamente com o rio Guaviare, fazem parte da rede de maior importância para a navegação fluvial, cuja região se estabeleceu como um dos centros comerciais e populacionais, adquirindo assim, a categoria de capital do território federal do Amazonas venezuelano. Paralelamente, o rio Amazonas tem a mesma influência no lado brasileiro. O comércio crescia em função da presença de exploradores interessados em produtos para venda no continente europeu.

O recurso hidrográfico no estado é potencialmente ilimitado. Esse potencial energético proporciona a um estreitamento das relações entre Brasil/Venezuela, a exemplo a acordo estabelecido em torno do Linhão de Guri que está localizado no município de Santa Elena de Uairén, que fornece energia para o estado de Roraima.

Santa Elena de Uairén está localizada no sudeste da Venezuela, é a cidade capital da Gran Sabana, no estado Bolívar, com população aproximada deste município está cerca de 15 km da fronteira com o Brasil, defrontando-se com município de Pacaraima, no estado de Roraima. O município está localizado cerca de 900 metros acima do nível do mar, em uma planície cercada por planaltos, conhecido como Tepuyes. Embora esta situação geográfica hoje em dia não represente nenhum entrave no tipo de contato entre os povos.

Atraído pelo *boom* de diamantes na região, Lucas Fernández Peña aportou à região, sendo considerando o fundador da cidade de Santa Elena, em 16 de setembro de 1923. O nome da cidade é uma homenagem à sua primeira filha "*Elena*" de um total de 23 filhos, e *Uairén*, nome do rio que atravessa a cidade. Lucas Fernández Peña, farmacêutico, chegou a região na época da ditadura de Gomez, durante a real ameaça de anexação pelos ingleses na Guiana Inglesa (atual República da Guiana).

Santa Elena de Uairén foi declarada "puerto libre" (zona franca)

em 1999, e o processo de ajuste para esse fim tem sido lento e trabalhoso. Poucos produtos estão encaixados inteiramente dentro desse regime jurídico do comércio, no entanto, em face da sua localização fronteiriça com o Brasil, o tráfego de mercadorias vem sendo dinamizado fazendo recuperar a economia. Santa Elena de Uairén possui uma rede de comércio e serviços bastante significativa como farmácias, restaurantes, telefonia fixa e móvel, supermercados, pizzarias, hotéis, acampamentos ecológicos, igrejas e bombas de gasolina, inclusive uma com atendimento exclusivo aos brasileiros.

3. *Ecossistemas linguísticos fronteiriços*

A Ecologia vem sediando uma série de abordagens científicas desde a sua criação pelo biólogo alemão Ernst Haeckel na segunda metade do século XIX, mais especificamente em 1866, na obra “Generelle Morphologie der organismen” para designar uma nova área de conhecimento voltado à compreensão que extrapola, já em muito, a vertente puramente biológica. Segundo Samuel Murgel Branco (1987, p. 9); Roger Dajoz (1983, p. 13-16) e Hildo Honório do Couto (2007), a ecologia está presente nas ciências naturais, humanas, sociais, políticas, econômicas, na cultura e nas artes, nas filosofias, e mais recentemente na linguística, através da ecolinguística.

Partindo do ponto de vista de uma comunidade biológica considerada, o conjunto formado por todos os seres vivos que convivem em um determinado território, o conceito de Ecologia extrapolou suas origens nas ciências biológicas e enveredou pelos domínios das ciências humanas e sociais, exatas, bem como nas artes, no pensamento filosófico e nas tradições, ou seja, em todos os campos dos saberes humanos.

O termo, *stricto sensu*, vem do grego *oikos* = casa e *logos* = estudo, e sugere o estudo do “lugar onde se vive”, pensado em diversas escalas – do lugar em que moramos à ecossfera – este compartilhado com bilhões de outros seres vivos – e levando-se em conta toda a diversidade de aspectos materiais, biológicos, humanos e sociais.

Para esses autores, a ecologia transbordou os limites da biologia, diversificou-se e passou a integrar as mais diversas disciplinas como a geografia e a sociologia, ressaltando a importância das dimensões humana, sociopolítica, psicológica e cultural em sua abordagem. Diferenciou-se, assim, em vários e novos campos de atividade. Alguns deles se en-

contram em estágio avançado de desenvolvimento teórico, já em outros, a reflexão ainda é embrionária como a ecolinguística.

A abordagem teórica da ecologia abre espaço para múltiplas faces, da cósmica à energética, da cultural à psicológica, da ecologia do ser – do corpo, da mente, das emoções –, integrando à psicologia, os processos cognitivos e emocionais bem como outras ciências humanas como a educação, a antropologia e a filosofia. Dessa forma, há dezenas de campos nos quais a ecologia se desdobra, cada um deles com um corpo próprio de conhecimentos e de aplicações: a ambiental, a humana, a da consciência; a ecologia cultural, a ecologia do ser; a ecologia política, a social; a ecolinguística (Cf. BRANCO, 1987, p. 20).

Este último conceito vem ganhando amplitude no campo da Ecologia. Assim, ecolinguística é definida como o estudo das relações entre língua e meio ambiente. Para Hildo Honório do Couto (2007, p. 19) esse conceito é apresentado a partir das ideias de Einar Haugen, tido como pai da ecolinguística, que define de “ecology of language” e “language ecology” como “o estudo das interações entre qualquer língua dada e seu meio ambiente”. Neste aspecto, o autor entende que se deve partir inicialmente da compreensão do conceito de ecossistema entendido como o conjunto formado pelos seres vivos e seu meio ambiente considerando as interações ou inter-relações que se dão entre os elementos componentes.

Esta noção de ecossistema remonta inicialmente a Arthur George Tansley que já em 1935 definia-o como o sistema resultante da integração de todos os fatores vivos e não vivos do meio ambiente. Na perspectiva de Eugene Pleasants Odum, um sistema ecológico ou ecossistema é qualquer unidade em que estejam incluídos todos os organismos, ao que ele denomina de comunidade, esta contida em uma determinada área onde ocorrem interações no meio físico resultando em um “fluxo de energia definindo claramente uma estrutura trófica, uma diversidade biótica e um ciclo de matérias” dentro dele (COUTO, 2007, p. 20).

De acordo com Rafael A. Negret (1982 p. 8-9), a institucionalização do conceito de ecossistema entendido como unidade funcional da natureza, como medida convencional, veio para facilitar sua investigação e a compreensão da estrutura-função das complexas inter-relações entre as comunidades vivas, considerando nelas as próprias interações das sociedades humanas com a natureza.

Enquanto isso, Hildo Honório do Couto (2009) afirma que um ecossistema linguístico é o lugar onde se insere uma língua e sua fala.

Podendo ser reconhecido a partir da existência um ecossistema linguístico que seria constituído pela língua (L), pela população que a fala (P) e pelo território (T), o lugar determinado onde ela é falada; esta totalidade passa a ser chamada de ecologia fundamental da língua (EFL), também conhecida como comunidade. Se, em destaque for colocada a língua, tem-se que o povo e o território constituem o seu meio ambiente fundamental da língua.

Nessa perspectiva, o meio ambiente da língua compreende, no entendimento de Sapir, citado por Hildo Honório do Couto (2008, p. 28), todo o seu entorno caracterizado por seus aspectos geográficos, incluindo neste contexto a topografia, o clima, a vegetação, a fauna, os recursos minerais, bem como a base socioeconômica da vida humana. Neste sentido, o verdadeiro meio ambiente da língua é a sociedade que a usa como um de seus códigos (HAUGEN, 1972b, p. 325 *apud* COUTO, 2007, p. 20). Essas interações entre os indivíduos ocorrem em um lugar, o território, que representa o ambiente natural da língua.

4. *Ecossistema linguístico “provisional”: uma proposta*

Segundo Hildo Honório do Couto (2009, p. 49-54) as situações de contato de povos e línguas em determinado território, podem ser analisadas a partir de quatro situações (Cf. COUTO, 2009, Tabela 3, p. 53). Em nossa análise e caracterização da fronteira Brasil/Venezuela, identificamos duas dessas quatro situações de contato. A primeira corresponde ao momento historicamente marcado pelo processo de colonização iniciado a partir das grandes navegações, quando os europeus aportaram no continente sul americano no século XV. Esse contexto corresponde no modelo de Hildo Honório do Couto (2009, p. 52) a uma situação em que “PL1, o povo mais forte política, econômica e militarmente e de prestígio se desloca para o território T2, mais fraco”.

Já a segunda situação de contato, é mais contemporânea e se caracteriza como parte de um processo histórico que culmina com a formação embrionária da fronteira entre os dois países. Esse segundo contexto corresponde no modelo de Hildo Honório do Couto (2009, p. 54) à situação de contato em que “membros de PL1 se deslocam, temporária ou sazonalmente, para o território de PL2 e/ou membros de PL2 se deslocam para o território de PL1”.

As transformações e intercâmbios que ocorrem e mantêm em comunicação permanente diferentes ecossistemas dificultam a determinação dos limites exatos entre eles. Assim, a delimitação destes ecossistemas, como unidade funcional de investigação, é ainda puramente convencional, e que vai sendo definido de acordo com a área de interesses do investigador (NEGRET, 1982, p. 8). Diz-se, por exemplo, que um ecossistema pode ser uma floresta inteira ou pode estar representado por uma simples bromélia, “em cujo receptáculo formado pelas folhas acumula-se água permitindo o desenvolvimento de algas fotossintetizantes seguidas de toda uma complexa fauna de protozoários e microinvertebrados” (BRANCO, 1987, p. 20). Desse modo, os tipos desses ecossistemas podem ser considerados como sistemas abertos sendo eles influenciados por um conjunto de fatores que são determinantes dos posicionamentos discursivos dos seus sujeitos.

Quanto a estes contatos de povos fronteiriços, Hildo Honório do Couto (2009) acredita existir um ecossistema linguístico na fronteira Chuí (Brasil) / Chuy (Uruguai) do tipo transicional, que está caracterizado pelo não existência de acidentes geográficos significativos; as línguas falantes são tipologicamente semelhantes; além da existência de vantagens comparativas em termos comerciais para ambos os povos da fronteira. Acredita-se, no entanto, que no caso da fronteira Pacaraima (Brasil) / Santa Elena de Uairén (Venezuela), também podem ocorrer outros tipos de contatos fronteiriços que não necessariamente se enquadrem naqueles tipos observados pelo autor.

Embora estas, as fronteiras Chui/Chuy e Pacaraima/Santa Elena de Uairén sejam caracterizadas por fatores idênticos, no segundo caso ocorre um exemplo específico de contato que caracteriza o ambiente onde se verificam fortes relações de comércio, educação, amizade dentre outros tipos, construídas no decorrer do processo de formação da fronteira a partir de especificidades de ordem histórica e política iniciada durante o período em que se foram fixando as populações nessa região.

É possível perceber o desenho de um tipo de ecossistema linguístico particular, situado na confluência dos dois ecossistemas fundamentais da língua EFL1 e EFL2, representados respectivamente pelo Brasil e Venezuela, envolvendo as comunidades de Santa Elena de Uairén e Pacaraima especificamente, que, embora guardem suas especificidades e diferenças em virtude dos modelos de gestão político-administrativa dos países de que fazem parte, constituem por assim dizer, um único ecossistema que se influenciam mutuamente e se atendem de forma recíproca, se

comunicando através das línguas características do lugar e que, por princípio poderia ser denominado de ecossistema linguístico “Provisional”. Já que cada um dos lados dessa fronteira se provisiona mutuamente por meio do atendimento das suas demandas, conforme verificado na **Fig. 1**: Diagrama do Ecossistema Linguístico Provisional de contato Brasil/Venezuela (SILVA, 2012).

A conformação de um ecossistema com base nas características apontadas, caracterizando o diagrama do ecossistema linguístico “provisional” de contato Brasil/Venezuela, demonstra, assim, as relações que se estabelecem entre os dois ecossistemas, onde, de um lado, tem-se o ecossistema brasileiro e de outro o ecossistema venezuelano, nos ecossistemas de PL2 e PL1 respectivamente, conforme figura 1 a seguir:

Ecossistema linguístico “provisional” Brasil/Venezuela: uma proposta

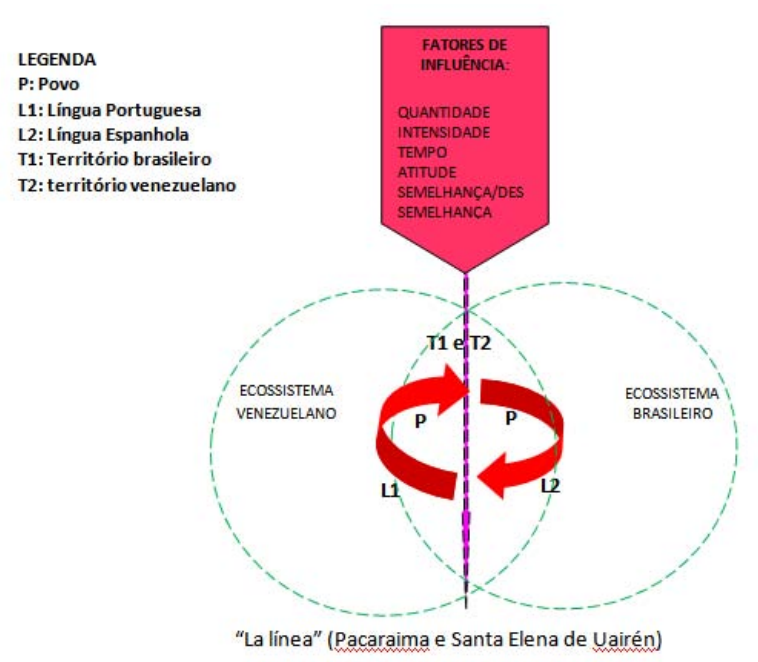


Fig. 1: Diagrama do Ecossistema Linguístico Provisional de contato Brasil/Venezuela. Fonte: (SILVA, 2012, p. 68)

Este diagrama demonstra que dependendo do comportamento das forças econômicas e políticas estabelecidas nesse ecossistema, estas irão

afetar de alguma forma a situação de contato em “la línea” de fronteira, podendo beneficiar mais ou menos um ou outro lado, em dado momento. Hildo Honório do Couto (2009, p. 55) aponta seis fatores que influenciam no resultado do contato, que podem ser de diferentes naturezas e classificados como sendo: a *quantidade* de pessoas em interação; o *tempo* de permanência no território; a *intensidade* do contato; as *atitudes* de resistência e não resistência entre as culturas; a *semelhança/dessemelhança* tipológica das línguas em questão, sendo que o todo é afetado pela conjuntura e incidência do *poder* político-econômico-militar do estado nação.

Como podem ser verificados, estes ecossistemas encontram-se imbricados, dando conta do surgimento de um ecossistema constituído por uma totalidade representada pelos municípios fronteiriços de Pacaraima e Santa Elena de Uairén. Nesta confluência de interesses de ambos os lados da fronteira, representada por uma linha imaginária, os povos mantêm relações pessoais e comerciais, sendo que ali se estabelece, de forma efetiva, uma relação de interesses comuns, como bem afirma Luís Ernesto Behares (1996, p. 25) para quem: em que a “*la frontera no es una línea que divide A de B, sino un espacio que contiene C*”.

Nesse ponto, é possível considerar que os limites de um ecossistema de fronteira são conformados por relações marcadas por influências recíprocas, fruto de todo um contexto (sócio-histórico, político e econômico dos países vizinhos), que oscila permanentemente com avanços e recuos, sobretudo, econômico, relacionados ao valor das respectivas moedas nacionais. Desta dinâmica, surge o ecossistema linguístico “provisório”, como substrato dessas relações, nas quais se mesclam povo, território e língua num ambiente que podemos definir como um subsistema ecolinguístico localizado na interface dos dois grandes ecossistemas, o brasileiro e o venezuelano.

5. *Algumas considerações*

As faixas limítrofes entre dois países, particularmente aquelas que não apresentam acidentes geográficos ou forças militares obstaculizando uma relação de vizinhança entre suas populações, conformam espaços de relacionamento das mais diversas índoles entre seus povos. Embora, normalmente, as regiões fronteiriças do norte brasileiro configurem-se como locais periféricos, afastados dos centros de influência política e econômica nacional, há uma peculiar e estreita relação econômica, social e cultural nesses ambientes. Neste espaço singular, onde se misturam fa-

las de diferentes línguas é gerado um ecossistema linguístico instituído na interface dos dois lados da fronteira Brasil/Venezuela, bem como das fronteiras regionais e transnacionais relacionadas a etnias e culturas afetadas pelo processo histórico da colonização.

Neste ambiente, constituído pela totalidade formada por um povo, um território e uma língua, ou seja, o que Hildo Honório do Couto denomina de comunidade. No caso específico da situação de ‘la línea’ de fronteira, se constata a constituição de um ecossistema no qual os povos historicamente implicados e suas respectivas línguas convivem em permanente simbiose, uns se beneficiando do outro, de forma recíproca. Essa propriedade simbiótica é considerada como fundamental para a compreensão dos resultados das relações estabelecidas na região.

Vale ressaltar dois momentos de contato nessa fronteira: o primeiro momento é configurado ainda no momento do avanço das expedições holandesas, inglesas, e principalmente dos povos ibéricos portugueses e espanhóis, no início da colonização europeia no continente americano. Denominaram-se no quadro desta pesquisa como PL1 os povos portugueses e PL2 os povos espanhóis, efetivamente marcados. Os povos europeus mais fortes econômica, política e militarmente subjagam os povos indígenas, apesar da diferença numérica das populações e graças à tecnologia militar dos europeus, que mesmo em menor número se impõem na região. Suas respectivas línguas em decorrência do poder político e militar se tornam na região conhecida hoje como fronteira Brasil/Venezuela, as línguas oficiais dos respectivos países e as variedades de maior prestígio em detrimento das línguas indígenas, nesta pesquisa, PL3, PL4, PL5 (ingarcó, wapixana, wai wai, pemón...), de acordo com os sujeitos implicados em cada situação de contato.

O segundo momento de contato é o verificado nos dias atuais e é caracterizado pelas interações interlinguísticas que ocorrem entre as comunidades dos dois lados da fronteira Brasil e Venezuela. São comunidades que se deslocam de um para outro território fronteiriço, onde PL1 é “mais forte” do que PL2 ou vice-versa, dependendo da conjuntura econômica predominante desses países. O contato marca uma forte relação de trocas comerciais em face das demandas de cada um dos lados da fronteira, alimentando também relações culturais e interétnicas por uma interação efetiva e rica culturalmente com as comunidades indígenas.

O contato atual entre estes povos é influenciado principalmente pelo fator intensidade em função da mobilidade que se dá na região e pe-

lo comércio, caracterizando o surgimento de um ecossistema específico intitulado *Provisional*, porque é caracterizado pelo atendimento mútuo de demandas desses povos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Cláudia Lima Esteves (Org.). *Formação do espaço amazônico*. Boa Vista: CCSG-UFRR-Capes-MEC, 1998.

BEHARES, Luís Ernesto (Org.). *Fronteiras, educação, integração*. Santa Maria (RS): Pallotti, 1996.

BOADAS, Antonio Rafael. *Geografía del amazonas venezolano*. Caracas: Ariel-seix Barral venezolano. 1983.

BRANCO, Samuel Murgel. *Elementos de ciências do ambiente*. 2. ed. São Paulo: Ceterg, 1987. [Há edições mais recentes: Contexto, 2005; Edições Ltda., 2006].

BRASIL. IBGE. Disponível em:

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=14>.

Acesso em: 05-12-2011.

_____. Ministério dos Transportes. Mapa Base. Disponível em:

<<http://www.brasil-turismo.com/mapas/roraima.htm>>. Acesso em: 26-12-2010.

_____. Seminário: *Crises na América do Sul: Lições e perspectivas*. Brasília: Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, 2008.

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

_____. *Linguística, ecologia e ecolinguística*. São Paulo: Contexto. 2009.

COUTO, Jorge. As missões americanas na origem da expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e seus domínios ultramarinos. In: COUTO Jorge; RAFAEL, Gina Guedes; MARTINS, Ligia de Azevedo. (Orgs.). *A expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses: 250º aniversário*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

DAJOZ, Roger. *Ecologia geral*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. *Etnias e Culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

FREITAS, Aimberê. *Geografia e história de Roraima*. Manaus: Grafima, 1991.

JERÔNIMO FILHO, Miguel. *Fronteira: Território e territorialidade*. 2008. Disponível em:

<<http://geopoliticatocolando.blogspot.com.br/2010/04/fronteira-territorio-e-territorialidade.html>>. Acesso em: 22-04-2012.

MACHADO, Lia Osório. STEIMAN, Rebeca. *Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica*. Disponível em:

<<http://igeo-server.igeo.ufrj.br/retis/wp-content/uploads/2011/07/2002-conceito-fronteira-RST-LOM.pdf>>. Acesso em: 22-04-2012.

MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1992.

MOTTA, Ana Raquel, SALGADO, Luciana (Orgs.). *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

NEGRET, Rafael A. *Ecosistema: Unidade básica para o planejamento da ocupação territorial; ecologia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FGV, 1982.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. *A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima*. 2003. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo.

RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. *Estudos Avançados*, 20 (57), 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a15v2057.pdf>>. Acesso em: 07-05-2011.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; SALGADO, Ana Cláudia Peters. (Orgs.). *Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato: homenagem ao professor Jurgen Heye*. Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Maria Ivone Alves da. A construção do ethos fronteiriço Brasil/Venezuela em ambiente ecolinguístico. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: CIFEFIL, Ano 17, nº 51, set./dez.2011 – Suplemento, 2011, p. 484-491.

Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/51supl/43.pdf>>.

_____. *O ethos em “la línea” de fronteira Brasil/Venezuela: ambiente ecolinguístico e redes sociais*. 2012. Dissertação de Mestrado. UFRJ. Disponível em:

<<http://www.letras.ufrj.br/pgneolatinas/media/bancoteses/mariaivonesilvamestrado.pdf>>.

SOCIOAMBIENTAL (ISA). Disponível em:

<<http://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>>. Acesso em: 20-03-2012.

STEIMAN, Rebeca; MACHADO, Lia Osório. *Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica*. UFRJ, 2002. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/p02avulsos.htm>>. Acesso em: 22-04-2011.

TARALLO, Fernando Luiz; ALKMIN, Tânia Maria. *Falares crioulos: línguas em contato*. São Paulo: Ática, 1987. Disponível em: <<http://www.books.google.com.br>>. Acesso em: 25-07-2011.